

1 **ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**  
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada dia**  
3 **30/03/2020 (segunda-feira), de 14:00h às 18:00h, através de videoconferência.** A  
4 Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias  
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 30/03/2020, foi iniciada pelo Coordenador, José  
6 Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Paulo de Tarso  
7 de Lima Pimenta (CBH Guandu), Nelson Rodrigues dos Reis Filho (CBH Guandu), José  
8 Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Luís Eduardo Amorim  
9 Ramos (CBH Piabanha), José Paulo Soares Azevedo (CBH Piabanha), Marcos  
10 Sant'anna Lacerda (CBH BG), Licius de Sá Freire (CBH R2R), Maria Inês Paes Ferreira  
11 (Macaé Ostras), Affonso Henrique Albuquerque Jr (Macaé Ostras) e João Gomes de  
12 Siqueira (CBH BPS) e os convidados: Alba Reis (CBH BIG), André Marques (AGEVAP),  
13 Rafaela Facchetti (CBH Piabanha), Livia Soalheiro (SEAS), Marianna Cavalcante  
14 (CILSJ) e Júlio Cesar Augusto (CBH Guandu) e a equipe: Roberta Abreu (AGEVAP),  
15 Leonardo Guedes (AGEVAP) e Larah Emediato Ribeiro (AGEVAP).

16 **Item 1. Abertura:** A Assembleia foi iniciada por **José Arimathéa**, que deu boas vindas  
17 a todos e homenageou **Paulo Eugênio Barros** e seu serviço prestado para o FFCBH.

18 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

19 A pauta, enviada anteriormente aos membros, foi lida e houve inclusão do item  
20 **Assuntos Gerais**, sugerido por **Nelson**.

21 **Item 3. Aprovação da ata da Assembleia Ordinária do dia 27/01/2020 e da**  
22 **Assembleia Extraordinária do dia 10/02/2020;**

23 **Luís Eduardo** elogiou as atas e elas foram aprovadas por todos, sem sugestões de  
24 alteração.

25 **Item 4. Realização do VIII ECOB (2020)**

26 **José Arimathéa** informou que na reunião de diretoria do CBH MPS houve uma  
27 discussão sobre o adiamento da data de realização, visto que a expectativa das

28 autoridades é que a situação diante a pandemia perdure por um tempo maior do que a  
29 data prevista para o evento. Sugeriu que o evento fosse adiado para após a segunda  
30 quinzena de outubro ou para o início de 2021, lembrando que haverá o ENCOB no dia  
31 12 de outubro e que o ano de 2020 haverá eleições municipais.

32 **Luís Eduardo** sugeriu que fosse lido os encaminhamentos do FFCBH para que fosse  
33 observado o andamento das demandas e que apoiava o cancelamento do ECOB de  
34 2020. Foi definido que a leitura dos encaminhamentos será realizada nas próximas  
35 reuniões.

36 **Vera** disse que um dos encaminhamentos pendentes era em relação ao ECOB,  
37 informando que foi enviada a programação para contribuição dos demais comitês, mas  
38 que não houve resposta. Destacou a importância de fechar uma possível data para que  
39 entrassem em contato com a Prefeitura de Itaitiaia.

40 **João** opinou que esse é um momento difícil para prever uma data para o ECOB, já que  
41 não há previsão de quando a situação irá melhorar. Comentou que o BPS também  
42 possuía um evento previsto, mas adiaram para o início do próximo ano, devido a  
43 impossibilidade de realização na data prevista. Ele levantou a possibilidade de realizar  
44 o ECOB em novembro.

45 **André** disse que era importante definir a data do evento, visto que, se suspenso para  
46 o próximo ano, há possibilidade de ter que haver negociação com um novo prefeito,  
47 que poderia não estar tão receptível ao evento quanto o anterior.

48 **Nelson** disse que achava prematura a decisão de manter o evento para esse ano sem  
49 ter estimativas e apoiou que ele ocorresse no ano que vem.

50 **João** disse que o Fórum deveria pensar também em outros quesitos de sua  
51 responsabilidade. Disse que a eleição de novo coordenador seria esse ano, mas  
52 acreditava que deveria manter o mandato com o CBH MPS.

53 **Vera** informou que sua proposta é que o ECOB ocorresse no dia do Rio, entre 23 e 25  
54 de novembro e que poderia entrar em contato com a prefeitura para verificar a

55 possibilidade desse adiamento, de forma a aproveitar os trabalhos que já foram  
56 realizados pela secretaria executiva e, que, caso a prefeitura não concordasse com a  
57 data, essa poderia ser definida na próxima reunião.

58 **Arimathéa** disse que o período pós pandemia será de difícil adaptação e que os  
59 comitês estão em risco de ter os fundos retirados, logo precisam de criar mecanismos  
60 para que haja movimento da economia. Declarou que não seria apenas um papel para  
61 investimento dos recursos hídricos, mas também movimentaria a economia local.  
62 Propôs que o evento fosse realizado esse ano, entre outubro e novembro e que essa  
63 discussão seja retomada em maio com uma nova análise de cenário.

64 **André** disse que seria importante um plano B caso o evento fosse realizado em 2020,  
65 visto que o resultado da eleição pode influenciar no apoio do evento e sugeriu que fosse  
66 previsto o valor de locação do local nos gastos a ser rateados entre os comitês caso  
67 houvesse algum problema com a cessão do espaço pelo município.

68 **Vera** disse que a secretaria vem trabalhando com planos de contingência e avaliando  
69 os riscos para que não houvesse os mesmos problemas do VII ECOB, por isso  
70 mantinha sua sugestão para que o evento permanecesse esse ano e que trabalhos  
71 realizados não fossem perdidos.

72 **Arimathéa** compartilhou sua experiência como prefeito e disse que, eleito ou não, o  
73 prefeito pode decidir não querer manter o evento na cidade e, tendo definida a data  
74 desde então, seria possível elaborar um plano de mudança de município caso fosse  
75 necessário.

76 **Marcos** informou que os relatos confirmam que o Brasil está apenas no início do  
77 problema e que o cenário econômico será muito diferente no segundo semestre. Disse  
78 que deve haver todos os cuidados necessários, que pode alavancar a economia no  
79 local da realização, mas que não há informação, principalmente sobre a economia  
80 doméstica. **Marcos** levantou a alternativa de reanalisar o tema e a intensidade dos  
81 debates, caso seja mantido esse ano, justificando que o momento deveria ser de maior  
82 movimento dos colegiados para enfrentar as dificuldades que irão ocorrer daqui em

83 diante, incluindo debates sobre Contrato de Gestão. Sugeriu um evento mais enxuto,  
84 voltado para os comitês apenas. Concluiu a sugestão dizendo que deve haver um novo  
85 desenho para o ECOB.

86 **Vera** discordou de Marcos, dizendo que a programação já havia sido discutida  
87 incansavelmente em reuniões e era contrária a voltar atrás nesse assunto. Disse que  
88 concordava em reenviar a programação para que opinem quanto ao formato do evento,  
89 mas que o tema já havia sido divulgado para as empresas da reunião no lançamento  
90 do evento.

91 **José Paulo** sugeriu que transformasse o evento em videoconferência, podendo assim  
92 garantir que ele ocorresse mesmo nessas adversidades. Completou a fala de **Marcos**  
93 dizendo que pode haver alteração na programação, mas sem haver perda do que já foi  
94 definido, havendo uma inclusão da discussão de contrato de gestão. **José Paulo**  
95 levantou a preocupação quanto o valor a ser retirado pela SEFAZ dos fundos dos  
96 comitês, lembrando a reunião ocorrida com a Secretaria da Fazenda.

97 **Arimathéa** disse que recebeu um ofício como resposta da SEFAZ, mas que não houve  
98 tempo de analisar antes da reunião e que essa discussão seria levantada para que as  
99 ações fossem redirecionadas. Voltando ao ECOB, Arimathéa disse há questões a  
100 serem adiantadas antes do ECOB, como a discussão quanto ao contrato de gestão.

101 **Marcos** disse que sua colocação segue a linha de reflexão sobre o cenário atual e  
102 futuro em relação ao plano de bacias, comentando que no BG as reuniões de  
103 planejamentos do Plano foram adiadas diante da situação e acredita que hoje seja mais  
104 emergencial a discussão do papel do comitê em uma discussão não apenas  
105 relacionada ao contrato de gestão, mas sim um enfrentamento sólido em prol ao  
106 sistema de gestão. Opinou que o problema nunca foi o comitê não gastar todo o  
107 recurso, mas sim o papel de cada ente do sistema, que diz respeito ao diálogo a  
108 atribuição de gestão compartilhada. Disse que acredita que não houve essa discussão  
109 quanto à atribuição e competência do que a Lei 9433/97 determina dos comitês de  
110 **Bacia**. **Marcos** concluiu que não precisa retirar o tema Plano de Bacia, mas que o plano  
111 de bacia sem sustentabilidade política, administrativa e financeira não é a solução e

112 que o tema deveria ser encorpado com temas mais atuais e efetivos para o sistema de  
113 gestão.

114 **Paulo de Tarso** concordou com Marcos, completando que deveria haver valorização  
115 dos esforços já realizados em relação ao ECOB, mas que há mudanças significativas  
116 que deveriam ser incluídas como temas mais emergentes para o momento. Disse que  
117 a mudança de formato é mais interessante e que era o momento ideal para implementar  
118 transmissões ao vivo e videoconferência, que são um modelo que pode ser utilizado de  
119 outras formas, deixando a troca de informações mais eficazes. Sugeriu que cada comitê  
120 realizasse um endomarketing para discutir e levantar sugestões.

121 **José Paulo** informou que a atualização das informações quanto ao contrato de gestão  
122 ficou como responsabilidade da Agevap e do INEA e pediu retorno dessas informações.

123 **Arimathéa** pediu que as informações fossem levantadas pela Agevap e pelo  
124 SEAS/INEA. (Encaminhamento)

125 Foi votado e definido o adiamento do ECOB para pós segunda quinzena de outubro até  
126 novembro, mediante a confirmação dessa data até o final de maio, podendo haver  
127 adaptação quanto ao formato, dando mais peso a estrutura virtual, com discussões  
128 mais focadas (Encaminhamento)

129 Ao final da reunião **Vera** informou que entrou em contato com **Valter** da secretaria de  
130 meio ambiente de Itatiaia e ele concordou em adiar o evento para novembro e verá a  
131 disponibilidade do local nesse período.

## 132 **Item 5. Relação dos Comitês de Bacia com a Agevap**

133 **Arimathéa** contextualizou o assunto, informando que a demanda dessa pauta surgiu  
134 em uma reunião da Diretoria do Comitê Guandu com representantes dos demais  
135 comitês em que a AGEVAP é entidade delegatária. O Comitê Guandu convidou os  
136 comitês para uma conversa devido à estar enfrentando problemas com a delegatária  
137 em relação à execução de atividades demandadas e que não foram cumpridas.  
138 Informou que após duas reuniões com a diretoria do Comitê Guandu, ficou decidido

139 trazer a discussão para o FFCBH. Disse que a situação específica não envolve o CILSJ  
140 e os comitês Macaé e das Ostras e Lago São João, mas que considera importante a  
141 participação pela experiência.

142 **João** disse que há necessidade de sair da discussão e partir para a ação, que se deve  
143 definir como é a delegatária que os comitês desejam e como os comitês devem ser.  
144 Acredita que foi criado um impasse e que deve aperfeiçoar o sistema, sendo o FFCBH  
145 principal agente para tomar frente de uma discussão profunda, levantando, além de  
146 problemas, soluções.

147 **André** agradeceu o convite, disse que gosta de participar das reuniões do FFCBH.  
148 Falou que considera importante e que falta realmente discutir a relação e que em 2015  
149 foi realizado um encontro sobre esse ponto. Disse que se sente à vontade para falar  
150 sobre, mas que a equipe é nova e falta o entendimento de compreender que eles  
151 prestam um serviço ao Comitê. Pensa que o processo seletivo precisa ser repensado,  
152 porque tem muitas pessoas teóricas, mas não operacionais, que está aberto à  
153 discussão de alteração do formato de seleção de pessoal. Disse que precisa de  
154 gestores operacionais, que atualmente tem pessoas que fariam o melhor plano do  
155 mundo, mas não conseguem colocar o projeto para andar. Disse que é um aprendizado  
156 porque apesar de todos os treinamentos que a AGEVAP faz, precisa melhorar muito.  
157 Disse que a AGEVAP tem suas falhas e que o seu pessoal se tiver que fazer o relatório  
158 como era antigamente, faria o melhor relatório do mundo, mas não conseguem fazer  
159 as operações acontecerem de fato. Disse que precisa sim discutir o contrato de gestão,  
160 como discute o contrato na esfera federal, isso deveria ser feito na esfera estadual,  
161 colocando metas, prazos, obrigações da agência e do comitê. O Comitê ajuda muito  
162 quando faz a governança das reuniões, cobrando os encaminhamentos da reunião  
163 anterior. Concluiu dizendo que tem um processo onde tem muita gente nova e  
164 capacitada, mas não tem muita gente operacional, gestora realmente. Disse que o CBH  
165 BG vive isso, que tem gente muito técnica, capacitada para fazer mestrado, doutorado,  
166 mas que às vezes não sabe colocar a escola na rua. É um aprendizado, que a AGEVAP  
167 está fazendo treinamentos, tem dois treinamentos para gestores em 2020 já marcados,  
168 mas que é um aprendizado. Disse que é um aprendizado também na relação com os

169 municípios, pois a discussão de que o município é muito frágil, que já sabem disso, que  
170 ou a gente ajuda o processo andar ou não vai andar mesmo. Não adianta esperar que  
171 o município consiga fazer algum projeto ou resolver as coisas. Que já vive há trinta anos  
172 trabalhando com municípios e que vai parando, a dificuldade para eles é muito grande.  
173 Disse que está 100% aberto para sentar e discutir o Contrato de Gestão, o formato da  
174 AGEVAP, que para ele é muito claro que pelo tamanho do comitê Guandu que precisa  
175 ter uma gerência em Seropédica e não em Resende, talvez outro para a região serrana,  
176 que precisa montar o formato da delegatária. Disse que luta há dois anos na agevap  
177 para fazer as coisas descentralizadas, que é quase um parto para ele esta luta. Explicou  
178 que fazer descentralizado é ter uma conta aberta no baixo paraíba por exemplo onde  
179 os reembolsos de despesa poderiam ser feitos automaticamente pela pessoas da UD  
180 e depois só presta contas no final do mês para conferência. Que tinha muita coisa  
181 centralizada na AGEVAP, que pode descentralizar, mas se sente sozinho nesta luta.  
182 Falou que uma coisa muito importante e que começou a fazer no dia 06 de janeiro, pois  
183 discute-se muito na AGEVAP o plano de cargos e salários, que o pessoal quer ser  
184 enquadrado como engenheiro, que existem ações trabalhistas neste sentido e que isso  
185 precisa ser discutido. Falou que está aberto à discussão, que hoje faz a gestão da  
186 AGEVAP, mas não é o dono dela. Disse que pode mexer no formato, mas que tem que  
187 dar um choque de gestão na AGEVAP. Que ele quer que os comitês falem que não são  
188 atendidos o suficiente e que eles falem para todos os empregados juntos, os pedidos  
189 que foram realizados e que não foram atendidos. Deu um exemplo do Marcos do CBH  
190 BG que foi a compra de material de limpeza, que a pessoa demorou muito e que ele  
191 não aguentou, explodiu e falou com a pessoa se ela estava dormindo. Disse que tem  
192 pessoas muito boas, mas que precisa fazer um choque de gestão e convidou os comitês  
193 a fazerem junto com ele. Disse que quer o melhor para a AGEVAP e quer lutar pelos  
194 recursos hídricos.

195 **José Paulo** disse que plano de cargos e salários é importante para manter funcionários  
196 experientes e motivados.

197 **André** respondeu dizendo que quer um plano de cargos baseado em resultados, por  
198 processos. Que no dia 06 de janeiro, na primeira reunião dele com a diretoria e gerentes

199 foi exatamente essa discussão e que isso assusta um pouco a equipe dele, o que é  
200 natural, pois nunca foram cobrados em resultados. Neste sentido teria o resultado da  
201 empresa, da gerência e do colaborador. Concluiu dizendo mais uma vez que tem  
202 pessoas muito boas, capacitadas, mas que não tem bons gestores, infelizmente. Que  
203 precisa encaixar as pessoas nos seus melhores locais, mas que é difícil. Que tem  
204 exemplos de UD's maravilhosas, médias, mais ou menos. Acha que é o momento de  
205 discutir porque aquela UD deu certo ou não. Mais uma vez disse para darem um choque  
206 de gestão, mas que precisa do envolvimento dos comitês, para todos os seus  
207 colaboradores entenderem que nós não estamos atendendo bem o comitê. Quando o  
208 Paulo de Tarso chega pra ele e diz que tem 23 pendências, onde a primeira pendência  
209 podia resolver todas as outras, que ele fica assustado. Sugeriu um chuva de ideias para  
210 definir qual modelo de gestão vão seguir. Falou que precisam trabalhar com algumas  
211 causas trabalhistas, que é bom os comitês saberem que existem já que é um problema  
212 pra todo mundo, vale à pena a discussão. Falou que deixou com a Roberta, para ser  
213 enviado a todos o documento que implantou a gestão por processos para todos  
214 entenderem como funciona. (Encaminhamento) Disse que poderia falar sobre o caso  
215 de Piraí caso quisessem.

216 **Rafaela** disse que os problemas em comum entre os comitês não empacam nas UD's,  
217 mas sim na sede, que há morosidade quanto às contratações na sede e no setor  
218 jurídico, sugerindo que houvesse uma equipe na sede para criar termos de referência  
219 mais rápido e um setor jurídico mais ágil. Falou que é uma pena o André só ter chegado  
220 à conclusão de que a região serrana precisa de um gerente agora que já perderam o  
221 Davi. Disse que foi uma perda irreparável tanto ao Piabanha quanto para o Dois Rios.

222 **Júlio** propôs que não simplesmente discutisse nessa reunião, mas que fosse levantado  
223 por cada comitê uma relação do que afeta a equipe e o andamento dos processos.  
224 Disse que essas discussões devem ser pautadas e discutidas entre a diretoria da  
225 Agevap e os diretores dos comitês. Disse que a AGEVAP decidiu aderir à ISO e que  
226 isso não foi externalizado aos comitês, que não tomou conhecimento. Acha que a  
227 delegatária pode ter ideias, que façam o comitê participar, que não chegue situação

228 pronta. Solicitou que as pendências que forem para auditoria que sejam minimamente  
229 pontuadas e discutidas no âmbito dos comitês, na qual a delegatária presta serviço.

230 **Marcos** parabenizou e agradeceu o André pela coragem de participar desta reunião,  
231 no sentido de se expor. Disse que o ponto de relação de comitês e delegatárias vai  
232 além da capacidade de realização de demandas, de colocar editais na rua, e de ter uma  
233 estrutura administrativa. Disse que considera que chegou o momento de se discutir  
234 papéis, competências, atribuições e que isso é muito grave e que vem trazendo  
235 consequências graves demais. Que o entendimento das competências de cada ente do  
236 sistema não é o mesmo pela delegatária e pelo comitê e que isso sim gera o atrito para  
237 o desenvolvimento das atividades operacionais e administrativas. Citou como exemplo  
238 a competência normativa, garantida por lei ao comitê, que elabora uma resolução que  
239 visa estabelecer fluxos e procedimentos entre comitê e delegatária em que o jurídico  
240 da delegatária se manifestou que o comitê não tem competência para definir fluxos e  
241 procedimentos para esta instância, daí pra frente tudo pode e vai dar errado. Nesse  
242 sentido inicia-se um debate legal jurídico sobre a capacidade operacional ou se há uma  
243 visão de que os comitês não têm competência para operacionalizar. Enquanto esse  
244 imbróglio não se resolve, tudo fica parado. Então se questiona como vai discutir a  
245 possibilidade de melhoria de gestão administrativa se a fragilidade no relacionamento  
246 é o cenário. Em 2019 o CBH BG e o André conversavam sobre a necessidade de  
247 sistema de gestão para a delegatária saber administrar bem todas as demandas dos  
248 comitês. Como a delegatária não apresentou solução, o comitê apresentou uma  
249 proposta à delegatária, mas que até hoje não foi implantada uma ferramenta de gestão.  
250 Colocou para o André avaliar se o não atendimento da demanda do comitê significa  
251 apenas falta de capacidade operacional ou se é falta de entendimento de que o comitê  
252 não tem competência para dizer o que a delegatária deve realizar, que considera isso  
253 uma questão mais séria. Falou ao André que os comitês não precisam de um choque  
254 de gestão nos funcionários da delegatária, mas de um choque de competências no  
255 sistema de gestão de recursos hídricos (relação comitê x delegatária).

256 **Lícius** disse que já aconteceu uma série de reuniões entre comitês e delegatária para  
257 discutir melhorias em 2013, 2015, 2017, 2019 e que agora de novo em 2020. E que a

258 grande mudança que aconteceu na opinião do CBH R2R foi o aumento de demanda  
259 sobre a entidade delegatária e, que embora seja competente, não conseguiu responder  
260 principalmente no que diz respeito ao tempo de execução. Disse que a AGEVAP no  
261 papel de entidade delegatária é competente, mas que o R2R observa que ela se move  
262 mais lentamente que os comitês, o que gera preocupações aos comitês. Disse que  
263 falaria a partir de agora ao André e à sua fala. Levantou três questões prioritárias:  
264 Primeiro, identificaram que porque a Agevap é delegatária de dez comitês, sendo que  
265 sete estão sob o olhar do estado do Rio de Janeiro, que tem a necessidade de  
266 desembolsar 100% dos recursos, que há gargalos na sede (pediu ao André para anotar  
267 isso), que as delegatárias dentro dos comitês são melhor avaliadas do que a sede, logo  
268 percebe-se um problema de gestão na sede e que a AGEVAP deve identificar esses  
269 gargalos e colocar o número de técnicos necessários para solucioná-los, atender a  
270 demanda, sem centralizar. Disse que a fala do André de colocar um gerente para um  
271 contrato, para um comitê talvez não seja a solução, mas sim separar uma direção  
272 técnica e uma direção administrativa que atendesse a todos os contratos. Para os  
273 contratos grandes, locaria mais pessoas dentro daquela direção para não centralizar.  
274 Segundo, sugeriu que houvesse um administrativo para cada técnico, visando não  
275 centralizar as demandas, que considera uma sugestão muito boa separar as diretorias  
276 técnica e administrativa. Terceiro, sugeriu o uso do SEI (Sistema Eletrônico de  
277 Informação) para que os comitês possam acompanhar os trâmites dos processos.

278 **Nelson** sugeriu que fosse feito um vídeo mostrando o funcionamento da Agevap para  
279 ser difundido dentro dos comitês. Levantou que os contratos de gestão devem entrar  
280 nas pautas dos comitês, para ser moldados por estes a fim de estabelecer os fluxos de  
281 processo e que a assessoria jurídica defende apenas os interesses da Agevap,  
282 sugerindo que houvesse um advogado orgânico que visasse encontrar soluções dentro  
283 dos interesses dos comitês.

284 **José Paulo** sugeriu que a diretoria de cada comitê deveria criar um documento para  
285 ser unificado com as propostas a fim de ter um diálogo com **André**. Opinou que o  
286 jurídico tem uma fala conservadora, não entrando no âmbito das questões de interesse  
287 dos comitês, concordando que há necessidade de um profissional com esse foco.

288 **Vera** disse que deve haver discussão por contrato de gestão e que deveria haver prazos  
289 determinados para cada etapa de um processo a fim de ser acompanhado e cobrado  
290 quando estivesse parado. Disse que o processo de licitação é demorado e questionou  
291 se há necessidade de todo processo passar pela assessoria jurídica, concordando que  
292 deveria haver um profissional para trabalhar diretamente com as demandas dos  
293 comitês.

294 **André** sugeriu que fosse realizada uma reunião entre a Agevap e cada comitê  
295 separadamente, traçando um plano de trabalho, destacando a importância dos comitês  
296 falarem diretamente com a equipe da Agevap onde identificam os gargalos a fim de  
297 iniciar essa melhoria. Concluiu que a visão dentro e fora da delegatária é diferente, o  
298 que torna mais importante essa troca, que é bom os comitês cobrem e falarem isso  
299 tudo, porque os empregados acham, que só ele fala, abrindo sua agenda para reuniões  
300 com os comitês. (Encaminhamento)

301 **Paulo de Tarso** solicitou a André que fosse informado os prazos específicos das suas  
302 demandas. Disse que é importante a fala identificando as falhas na gestão e a  
303 necessidade dos comitês, mas que esse problema não é de agora, questionando se a  
304 Agevap já possui uma proposta para que dê foco ao andamento das atividades do CBh  
305 Guandu pendentes e não em reuniões e debates.

306 **Marcos** disse que no artigo primeiro do contrato de gestão diz que o plano de trabalho  
307 precisa ser aprovado pela plenária do comitê, mas que o contrato foi recebido para  
308 assinatura sem o comitê ter participado das tratativas. Reclamou da alteração da  
309 quantidade de envio da prestação de contas parciais e ainda das avaliações da Agevap  
310 que são distribuídas na última plenária, em formato de questionário de satisfação e que  
311 devem ser preenchidas apenas pelos membros votantes e que não considera que  
312 assim acaba não sendo eficaz ao seu propósito, dizendo que a solução viável é a  
313 apropriação do contrato de gestão pelos comitês. Solicitou uma pauta exclusiva para  
314 que houvesse debate de papéis e atribuições dentro do contrato. (Encaminhamento)

315 **Luís Eduardo** discordou que a discussão fosse levada individualmente para cada  
316 comitê, dizendo que já havia construído uma pauta em reunião passada para ser

317 discutida com a delegatária e que a Agevap deveria passar ao Fórum um programa de  
318 ações para que fosse analisado. Levantou novamente que é importante realizar leitura  
319 dos encaminhamentos no início das reuniões e sugeriu que fosse realizada reuniões  
320 semanais virtuais para concluir as discussões.

321 **José Paulo** lembrou que na reunião junto ao Comitê Guandu, uma de suas sugestões  
322 foi o mapeamento das competências da Agevap para que possa identificar os gargalos.

323 **André** respondeu diretamente a **Paulo de Tarso** que enviaria até dia 31 de março  
324 respostas sobre os processos do Guandu. Disse que a Secretaria Executiva do Fórum  
325 enviará um documento com os levantamentos realizados na reunião com os gestores,  
326 pedindo que esse documento fosse analisado pelos comitês e que levantassem mais  
327 pontos e observações para serem discutidos na próxima reunião com a delegatária.  
328 Disse que solicitou o levantamento de todas as demandas geradas pelos comitês para  
329 ele fazer gestão porque as gestoras não estão fazendo. Informou que já existe a  
330 implementação de fluxo de procedimento de acordo com o determinado da NBR ISO  
331 9001:2015 e reforçou a importância de uma reunião separada com cada comitê.

332 **José Arimathéa** disse que o CBH MPS está interessado nessa reunião e pediu  
333 agendamento para a mesma semana e que **André** deveria estabelecer uma agenda de  
334 reuniões com cada comitê. (Encaminhamento) Arimathéa falou que seria importante  
335 nessas reuniões não estar apenas o André, mas com os diretores da AGEVAP também  
336 para acompanharem as discussões. Além disso disse que seria necessária primeiro  
337 uma reunião com o INEA/SEAS antes da próxima reunião com a Delegatária. Após  
338 votação foi definida as datas de **07 de Abril de 2020** para reunião com o órgão gestor  
339 e **14 de Abril de 2020** seria a segunda reunião com as delegatárias. Arimathéa pediu  
340 para que houvesse colaborações para a pauta da reunião com o órgão gestor através  
341 do whatsapp e informou que a convocatória não sairia dentro do prazo estabelecido,  
342 visto que a reunião era emergencial.

343 **Item 6. Elaboração de moção contra arresto que houve no Fundo da Mata**  
344 **Atlântica a fim de que não arrestem FECAM e FUNDRHI dada sua importância ao**  
345 **abastecimento de água e saneamento;**

346 **José Paulo** disse que considerando que há assuntos mais urgentes a serem tratados  
347 no momento, a moção não é urgente, pedindo a retirada de pauta.

348 **Item 7. Assuntos Gerais.**

349 **José Arimathéa** retomou o assunto iniciado sobre o ofício enviado pela SEFAZ,  
350 abrindo o diálogo para interpretações desse documento. Sugeriu que até dia 01 de Abril  
351 levantassem análises e passassem para os demais através do whatsapp.

352 **Alba** disse que o ofício fala de arrestar os 30% previsto e mais 20%, o que seria  
353 impactante para todos os comitês. Disse que o ofício faz menção a dezembro, já  
354 contado com janeiro e que estão propondo um TAC, o qual acredita que já deve haver  
355 uma minuta. Ressaltou a importância de ter acesso a esse TAC para analisar os prazos  
356 e formas de devolução de recursos a fim de minimizar o impacto negativo aos comitês.

357 **Arimathéa** disse que a secretaria de Fazenda comunicou que haverá retirada do  
358 recurso e que haviam feito uma emenda de lei que retirava menos recursos nos fundos  
359 em relação ao texto aprovado. Disse que houve algumas cobranças do MP de  
360 manifestação da SEFAZ e esse ofício é o resultado dessa conversa, embasando como  
361 será retirado o recurso dos fundos.

362 **Marcos** disse que o ofício declara que está preservado recursos gravados nos TACs,  
363 no entanto, não menciona o saldo. Disse que o MP tentava garantir que, como não  
364 houve tempo o suficiente ao final do ano para que os comitês pudessem deliberar sobre  
365 seu saldo, a Fazenda estaria entendendo de que essa retirada de fundo não poderia  
366 ser executada agora, mas o documento chama a atenção de que o prazo está mantido.  
367 Informou que está mantido a data de 31 de Março para a retirada dos 30% do  
368 FUNDRHI e até 50% no FECAM, mas que não se sabe qual é a base de cálculo para  
369 o arresto, pois esta não é documentada.

370 **José Paulo** disse que essas dúvidas já foram levantadas e que a resposta não vem da  
371 SEFAZ, mas sim do INEA, AGEVAP e CILSJ, que deveria haver um cruzamento de  
372 informações para entender como é o tratamento do INEA no ponto de vista

373 orçamentário. Sugeriu que **Arimathéa** entrasse em contato com **José Alexandre**  
374 **Maximino** para falar sobre esse documento e resgatar a ideia da reunião entre o Fórum,  
375 SEFAZ e INEA.

376 **Arimathéa** disse que a SEFAZ e o INEA têm informações e visões orçamentárias  
377 diferentes, que deve haver uma avaliação isonômica sobre os recursos.

378 **Nelson** lembrou que na reunião com a SEFAZ o valor apresentado causou espanto e  
379 questionamentos e discutiu-se a possibilidade do TAC estar incluso no valor.

380 **Marcos** disse que no ofício há uma tabela que aponta qual é o saldo que bate com a  
381 menção do secretário na reunião, não havendo mudança na base de informação,  
382 mesmo após a argumentação realizada quanto a esse valor. Disse que o INEA deveria  
383 esclarecer o que aconteceu com a solicitação do saldo feita pelos comitês no início de  
384 dezembro e não foi operacionalizada.

385 **José Paulo** disse que a tabela apresentada é um indício de que a SEFAZ não recebeu  
386 as informações do INEA e voltou a sugerir que uma reunião seja realizada entre os  
387 agentes e o FFCBH para atualizar essas informações.

388 **Arimathéa** se dispôs a ligar para o **José Alexandre** para buscar esclarecimento e que  
389 deveriam evoluir o entendimento para marcar uma reunião com o INEA e SEFAZ  
390 (Encaminhamento). Sugeriu que a assessoria jurídica da AGEVAP e do CILSJ  
391 realizassem uma avaliação do ofício. (Encaminhamento)

392 **Marianna** disse que passaria as informações para **Adriana Saad** e pediu que o CILSJ  
393 fosse avisado quando a reunião com a SEFAZ fosse agendada e que o ofício fosse  
394 encaminhado ao seu e-mail para que fosse enviado ao jurídico. (Encaminhamento)

395 **Nelson** disse que enviou os logos feitas para enviar junto a carta aos times de futebol  
396 e mostrou interesse e realizar um vídeo contextualizando o coronavírus com o trabalho  
397 dos fóruns e comitês. Pediu para que a arte fosse avaliada e opinada pelos membros  
398 do FFCBH. (Encaminhamento)

399 **José Paulo** disse que o FFCBH precisava de pessoal de comunicação para realizar  
400 esse tipo de demanda e **José Arimathéa** disse que colocará essa observação junto  
401 aos encaminhamentos.

402 **Item 8. Encerramento.**

403 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:45h. A  
404 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de  
405 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

406

407

408

409 **José Arimathéa Oliveira**

**João Gomes de Siqueira**

410 Coordenador Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

411

412 ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.